

Plano de desastres após cheia de setembro preveniu piores danos, mesmo com inundação maior

Livia Araújo, especial para o JC
economia@jornaldocomercio.com.br

A elaboração de um plano especificamente voltado à possibilidade de mais uma cheia do Rio Taquari, após a tragédia ocorrida em setembro de 2023, possibilitou a uma empresa de Encantado evitar danos mais abrangentes mesmo com uma área ainda maior atingida pelas águas durante este mês de maio.

A iniciativa permitiu à Fontana, indústria do setor de higiene e limpeza que opera na cidade há exatos 90 anos, limitar as perdas de seu estoque acabado – produtos prontos para a distribuição logística – a 20% do total, mesmo com cerca de 90% das instalações da empresa engolidas pela água, além de menos danos em equipamentos de controle e outros itens. Em setembro, essa perda havia sido de 70%. É o que conta o diretor da empresa, Maurício Ecker Fontana.

“Nosso planejamento, que era de médio e longo prazo, está se tornando de curto prazo”, admite o empresário. Segundo Fontana, a indústria estava atuando de maneira paliativa para mitigar o risco apresentado pelas cheias de setembro e novembro, mantendo os estoques em outras áreas menos suscetíveis a inundações e para evitar perda total em outro evento de grande magnitude, explica.

Para tal, a empresa colocou em prática um plano para desastres

construído internamente, e com o comprometimento permanente de 15 colaboradores de diferentes áreas da Fontana. “Esse planejamento só não teve mais eficiência pelas quedas de barreira e interrupção de estradas de Encantado mesmo antes da enchente”, relata o diretor, pontuando a necessidade de mais aprimoramento na estratégia adotada.

Fontana detalha que a iniciativa resultou em um documento de 15 páginas com todos os detalhes e funções delegadas. “Tenho o responsável da engenharia que faz o contato com as prestadoras de serviço para a remoção dos itens, a área de expedição que solicita a coleta de produto acabado pelas transportadoras para nosso centro logístico em Teutônia, e assim por diante.”

Além dessa organização interna, a área ambiental da empresa ficou a cargo do acompanhamento dos índices pluviométricos pelos órgãos oficiais, com a elaboração de um boletim meteorológico interno – semanal quando não há ocorrência de chuvas e diário, quando há previsão de precipitação e tempestades.

“Se o rio chega a 8 metros em Santa Tereza, por exemplo, com um índice pluviométrico aumentando, significa que precisamos parar a produção de tais e tais setores, desmontar tais máquinas, remover tais equipamentos e recolocar os estoques em outros depósitos”, explica.



Fábrica de produtos de limpeza localizada em Encantado enfrenta alagamentos devido às cheias no Vale do Taquari

Já da porta para fora, Fontana acredita que é necessária uma movimentação da sociedade e governos para permitir a instalação de empresas em novas áreas industriais na região e no estado, menos suscetíveis a desastres, com a agilização da burocracia relativa a licenças, registros e outros trâmites que precisam estar de acordo com a legislação. Outra questão colocada é a necessidade de desassoreamento da bacia do Taquari. “Essa é uma realidade da qual se fala há mais de 40 anos, e que não evoluiu”, critica.



Fontana defende instalação de empresas em áreas menos suscetíveis a desastres

Êxodo de mão de obra é preocupação para as empresas afetadas

As consequências do clima severo e precipitações em excesso que vêm marcando o mês de maio no Rio Grande do Sul ocorrem em cascata: a interrupção da atividade de diversos setores impacta em todo o cenário econômico do Estado, interrompendo cadeias produtivas inteiras e colocando toda a sociedade “em suspenso”. Os gaúchos vivem a incerteza de como essa situação será remediada e superada, além do medo de novas ocorrências, já que é a terceira chuva de proporções catastróficas a atingir o RS no período de oito meses.

Um setor é especialmente sensível e frágil diante do trauma de

tantas perdas: o de mão de obra. “Mesmo que uma empresa não tenha sido atingida pela água, ela será afetada pelo impacto econômico da interrupção ou saúde de outras empresas, sem dúvida, porque o ecossistema de negócios que existe começa a se modificar e há a redução da disponibilidade de insumos, mas também de mão de obra”, observa o engenheiro Guilherme Marques, do Instituto de Pesquisas Hídricas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Segundo Marques, esse é um ponto também a ser levado em conta em análises de risco que envolvem a mitigação de danos provocados por de-

sastres.

O presidente da Câmara de Indústria e Comércio do Vale do Taquari (CIC-VT), Ângelo Fontana, confirma a análise do pesquisador. Segundo o dirigente classista, o problema já começou a acontecer a partir da enchente de setembro, que causou danos extensos às empresas da região, e tende a se agravar com as cheias ocorridas em maio, que apesar do comportamento diferente, foram de proporções ainda maiores que em 2023. “Temos de dar um foco especial a isso”, pontua.

“Se a empresa não está empregando e não gera renda, as lojas não vão vender nada. Se tivermos

as empresas recuperadas, mas não houver força de trabalho, vamos para trás”, adverte. Por isso, pontua o empresário, um ponto importante na reconstrução do Estado, e intimamente ligado à recuperação da atividade econômica é a habitação. “Sem habitação e emprego, o êxodo acontece”. Além de defender o levantamento de locais mais seguros para a instalação de empresas, Ângelo crê que é necessária uma política de habitação que garanta áreas com menores riscos para a construção de moradia e investimentos em segurança pública.

A saída de trabalhadores é uma preocupação concreta tam-

bém para Maurício Ecker Fontana, diretor na Fontana, empresa de Encantado que atua na área de higiene e limpeza há 90 anos. “Temos mais de 15 funcionários da nossa fábrica que já passaram pelo RH e disseram: ‘olha, estamos indo’, e vão procurar outro local para viver. Uns vão para Teutônia, outros para Marau, e até outros estados. A gente tem de agir o mais rápido possível para dar uma garantia a essas pessoas”, prevê. “Se elas não tiverem mais condições financeiras e psicológicas de continuar morando na região, é um movimento que acaba acontecendo”, admite o empresário.